



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 221 DE 2010

Sugere projeto de lei que objetiva facilitar a concessão de liberdade provisória, acrescentando os artigos 322-A e 322-B ao Código de Processo Penal.

Autor: Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul- CONDESUL

Relator: Deputado Dr. Grilo

I- RELATÓRIO

A iniciativa do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul- CONDESUL tem por objetivo sugerir a esta Comissão de Legislação Participativa a apresentação de projeto de lei para alterar o Código de Processo Penal, visando facilitar a concessão de liberdade provisória.

Para tanto apresenta minuta de projeto com redação para dois novos artigos: 322-A e 322-B.

Argumenta-se, na justificação, que a aprovação do PL “reduziria a quantidade de prisões”.

É o relatório.

II- VOTO DO RELATOR

Conforme determina o art. 254 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 21, de 2001, cumpre que esta Comissão de Legislação Participativa aprecie e se pronuncie acerca da Sugestão em epígrafe.

Preliminarmente, constata-se que a sugestão foi devidamente apresentada no que diz respeito aos aspectos formais, tendo sua regularidade sido atestada pelo Secretário desta Comissão, nos termos do art. 2º do Regulamento Interno e do “Cadastro da Entidade” constante dos autos.

O tema encontra-se compreendido na competência privativa da União para legislar sobre direito processual, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária (artigos 22, I e 61 da Constituição Federal).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Dr. Grilo-PSL/MG

Quanto ao mérito, julgamos que a proposição não deve prosperar.

No Ordenamento Jurídico pátrio, em regra, o réu responde ao processo em liberdade, sendo a prisão medida excepcional cuja decretação somente deve ocorrer como pressuposto de uma decisão judicial transitada em julgado. Essa é a denominada prisão definitiva ou material, corolário lógico do princípio da presunção de inocência, insculpido no art. 5º, LVII da Constituição Federal:

“ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”

Ocorre, porém, que, em casos excepcionais, é possível que a pessoa seja presa antes de existir uma sentença definitiva. Trata-se de custódia provisória, processual ou cautelar, que ocorre antes do trânsito em julgado da sentença. Essa medida excepcional está fundamentada no inciso LXI do art. 5º da Constituição Federal:

“ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei:”

Desta forma, a prisão provisória é medida extraordinária, devendo ser decretada em caso seja indispensável e sempre respeitando os limites da lei processual. Portanto, a regra é a liberdade, a exceção é a sua privação que só deve ocorrer em casos de extrema necessidade. É por isso que o ordenamento pátrio prevê ainda outro remédio para que a liberdade seja preservada ao máximo. Trata-se do instituto da liberdade provisória estabelecida tanto no texto Maior quanto no Código Processual Penal, respectivamente no artigo 5º inciso LXVI e no art. 310, a saber:

Art. 5º, LXVI- Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir liberdade provisória com ou sem fiança.

Art. 310, do Código de processo Penal- Quando o juiz verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato, nas condições do art. 19, I, II e III, do Código Penal, poderá, depois de ouvir o Ministério Público, conceder ao réu liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de revogação.

Parágrafo Único- igual procedimento será adotado quando o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, a inocorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a prisão preventiva (arts. 311 e 312).

Como sabemos, a liberdade provisória é uma medida processual que assegura o direito de manter-se em liberdade durante o curso do processo, ou seja, até o trânsito em julgado da decisão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Dr. Grilo-PSL/MG

Ora, se o fato é atípico não existe razão para que o cidadão tenha violado o seu direito de liberdade, sendo a prisão sim arbitrária e injusta, devendo o cidadão ser colocado em liberdade imediatamente e de forma irrevogável e não de forma provisória.

No mesmo sentido, descabido se falar em liberdade provisória para fato prescrito, vez que com a prescrição o estado perde o poder/dever de punir.

É completamente descabido admitirmos que o cidadão se valha desse remédio processual para fatos atípicos ou prescritos, sendo inadmissível a privação ao direito de liberdade do cidadão nesses casos, configurados sim uma prisão arbitrária e injusta.

Se constatado que houve a prescrição ou que o fato é atípico, o estado deve imediatamente colocar o indivíduo em liberdade, não de forma provisória, mas sim de forma definitiva.

Assim a liberdade provisória tem como efeito anular a prisão preventiva. Conseqüentemente, esse instituto estabelece a substituição da custódia processual pela liberdade do preso. Trata-se, pois, de medida que permite ao acusado não ser recolhido à prisão ou ser colocado em liberdade quando preso, com o fim de assegurar a sua presença ao processo sem o sacrifício da prisão cautelar. Tal liberdade é provisória, pois, a qualquer tempo, ocorrendo certas hipóteses previstas em lei, pode ser revogada, sendo o acusado recolhido à prisão.

A liberdade é um direito e deve ser concedida pelo juiz quando certos requisitos forem preenchidos. Destarte, não é razoável que o Parquet tenha poderes para excepcionais para aplicar o instituto da liberdade provisória, revogando prisão cautelar anteriormente decretada pelo Poder Judiciário, conforme preconiza a sugestão em debate.

A proposta estabelece poderes ao Ministério público que são inerentes à judicatura. Sugere-se a possibilidade de o Ministério Público poder decidir sobre a liberdade de pessoas.

Em verdade, a liberdade provisória é remédio processual próprio das partes, em regra utilizado pela defesa. Vale destacar ainda, neste ponto, que no processo penal, o Ministério Público é parte quando for titular da ação penal. Assim, não se pode atribuir a própria parte, no caso o Ministério público, o processamento e julgamento da liberdade provisória de um réu, que parte contrária. Isso fere tanto o princípio constitucional da isonomia entre as partes quanto o da equidade nas decisões processuais.

A sugestão fere igualmente os princípios constitucionais inerentes à atuação Ministerial. Nos termos do artigo 127 da Constituição Federal, o Parquet é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Assim, não se pode conferir ao Ministério Público, de acordo com a sugestão em epígrafe, poderes mandamentais atribuídos originalmente ao Judiciário.

A Constituição Federal de 1988, artigo 129, inciso I, dispõe que compete ao Ministério Público promover a ação penal pública, ou seja, o mesmo é parte na ação penal. Nesse sentido, não se pode conferir ao autor a função de julgador, sob pena de violar o princípio constitucional da igualdade.

O texto da sugestão busca ampliar o rol de atribuições de Ministério Público, sendo que dentre outros sugere que o mesmo poderá conceder liberdade provisória quando verificar que o fato é atípico ou prescrito.



Portanto, diante do exposto, somos pela rejeição da Sugestão nº 221 de 2010.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado Dr. Grilo
Relator